



# OS “EXPLICADORES”

## DO BRASIL ... HOJE

Discussion  
Paper



ISSN: 2448-0932

## **Corpo Editorial**

Dalton Pastore

Presidente

Alexandre Gracioso

Vice-presidente acadêmico

Elisabeth Dau Corrêa

Vice-presidente administrativo-financeira

Luiz Fernando Dabul Garcia

Diretor geral da graduação ESPM-SP

## **Conselho Editorial**

Carlos Frederico Lucio

Cristina Helena Pinto de Mello

Denise Fabretti

Fabio Mariano Borges

Ismael Rocha

João Osvaldo Schiavon Matta

Pedro Luiz Ribeiro de Santi

Leonardo Nelmi Trevisan

(Edição de texto)

Matheus Matsuda Marangoni

(Edição de arte)

Fernando Matijewitsch

(Gerência de edição)

## **APRESENTAÇÃO**

Publicação trimestral, em formato eletrônico, o Discussion Paper ESPM reúne artigos, notícias de pesquisas, resenhas, traduções ou entrevistas oriundas de debate temático.

O objetivo é incentivar a discussão de assuntos, atinentes ou complementares, ao conteúdo curricular de disciplinas da área de Ciências Sociais Aplicadas.

O perfil deste periódico oferece espaço de publicação da produção docente, incluindo procedimentos de pesquisa, em diferentes formatos.

O Discussion Paper ESPM busca também ampliar repertório e capacidade de análise do corpo discente, pois, a iniciativa procura, especialmente, a participação do aluno nos debates geradores de cada número.

## **NORMAS DE PUBLICAÇÃO**

A submissão de trabalhos deverá ser feita através do endereço eletrônico do periódico. O Processo de Avaliação pelos Pares consiste nas seguintes etapas: o artigo original será analisado por dois integrantes do Conselho Editorial para verificar se cumpre com os requisitos temáticos e metodológicos e definir a área epistemológica de avaliação a ser direcionada. Em seguida, o artigo será enviado a pares de avaliadores externos, preservando o anonimato dos autores, que não compareceram ao debate gerador do respectivo Discussion Paper. Os avaliadores externos procederão de acordo com os critérios: 1. Publicar sem alterações; 2. Publicar com pequenas alterações, efetuadas pelos avaliadores; 3. Retornar ao autor com orientações de correções a serem efetuadas, podendo ser publicado posteriormente; 4. Retornar ao autor com a reprovação do artigo, sem publicação posterior. Mais informações em: <http://discussionpaper.espm.br/>.

Apresentação do debate	5
Patriotismo na cultura e nas instituições brasileiras <b>Paulo Niccoli Ramirez</b>	6
30 anos sem Gilberto, 20 anos sem Darcy: o que aprendemos com eles? <b>Carlos Frederico Lucio</b>	14
Repensar o Brasil e a Sociologia de Florestan Fernandes <b>Alberto Montoya Correa Palacios Junior</b>	21



## *Apresentação do debate*

Estado e sociedade. Estes dois “entes” no Brasil têm, historicamente, uma tensa relação. Complementar este relacionamento, decididamente não foi, nem é. Os encontros e desencontros entre governo e povo, em qualquer canto do mundo, justifica o percurso de desenvolvimento de toda sociedade. Será que esta é a “explicação” para os problemas brasileiros?

Alguns pensadores acumularam diferentes análises sobre o Brasil. Cada um deles, com métodos distintos, tentou “explicar” o Brasil. Este Discussion Paper escolheu quatro desses pensadores e seus conceitos. Sérgio Buarque de Holanda (“homem cordial”), Gilberto Freire (“harmonia racial”), Darci Ribeiro (“o povo brasileiro”) e Florestan Fernandes (“sociedade de classes”). E reuniu três professores da ESPM, Carlos Frederico Lucio, Paulo Niccoli Ramirez e Alberto Montoya Correa Palacios Junior para apresentar, respectivamente, a “explicação” de cada um desses pensadores sobre o Brasil.

O debate é o caminho mais saudável para avançar no conhecimento. Inclusive, ou principalmente, para pensar nos graves problemas que marcam o cotidiano do brasileiro. Esse contexto que “mistura” tanto irritação quanto vergonha. Embora, exista também doses de conformismo. É nossa História que “explica” esta realidade? Será? Mas, como aconteceu? Segue a transcrição e edição desse debate:



***Patriotismo na cultura  
e nas instituições brasileiras***

***Paulo Niccoli Ramirez***

Diferentes pensadores brasileiros buscaram questionar quais motivos permitiram que as relações políticas brasileiras estejam permeadas por corrupção, privilégios, laços familiares, isto é, a confluência entre as esferas pública e privada. Dois importantes intérpretes podem ser destacados: Sérgio Buarque de Holanda (Raízes do Brasil – 1936) e Raymundo Faoro (Os donos do poder – 1958). Pode-se dizer que há diferenças de abordagem entre Sérgio Buarque de Holanda e Raymundo Faoro. Enquanto que o primeiro dá ênfase ao estudo da formação cultural ou da mentalidade a partir da análise dos hábitos, costumes e o modo de existência na forma de tipos humanos, trazidos de Portugal ao Brasil, o segundo autor possui uma abordagem de cunho institucional, ou seja, uma observação do contexto histórico lusitano e brasileiro por meio das

decisões e ações administrativas do poder político que, por sua vez, estrutura as relações sociais.

Sérgio Buarque avalia os elementos constitutivos dos hábitos portugueses no processo de colonização como, por exemplo, o seu espírito e gosto pela aventura no desbravamento das novas terras, o desejo de fortuna rápida e com o emprego de pouco trabalho manual, o desleixo na organização de instituições e cidades, todos estes elementos que culminam na combinação de interesses privados e públicos. Representam peculiaridades que dão a tônica de nossa vida social.



Com esse instrumento, Sérgio Buarque de Holanda analisa os fundamentos do nosso destino histórico, as "raízes", aluídas pela metáfora do título, mostrando a sua manifestação nos aspectos mais diversos, a que somos levados pela maneira ambulante da composição, que não recusa as deixas para uma digressão ou um parêntese, apesar de a concatenação ser tão rigorosa. Trabalho e aventura, método e capricho, rural e urbano, burocracia e caudilhismo, norma impessoal e impulso afetivo - são pares que o autor destaca no modo-de-ser ou na estrutura social e política, para analisar e compreender o Brasil e os brasileiros.<sup>1</sup>

Sérgio Buarque e Gilberto Freyre (Casa Grande & Senzala – 1933) embora preocupados com o estudo da formação cultural brasileira diferenciam-se completamente quanto aos desdobramentos de suas reflexões. Freyre enfatiza os aspectos coloniais presentes na casa-grande e senzala como favorecedores de harmonia nas relações sociais no Brasil, isto é, suas contribuições para o "equilíbrio" de nossas contradições. Sérgio Buarque de Holanda aponta que os hábitos e costumes portugueses aqui trazidos e depois culturalmente e historicamente transformados produziram uma espécie de máscara, uma nítida dissimulação nas relações entre os homens, práticas



políticas banhadas de conchavos que favorecem a elite rural. São relações sociais em que predominam os interesses particulares e que estão ao mesmo tempo encravados nas instituições públicas através de ações clientelistas e patrimonialistas. Nesse sentido, a herança colonial e arcaica lusa no Brasil deu origem à camuflagem em nossas relações, à falsa noção de uma harmonia entre todos os segmentos da sociedade, o que, portanto, difere das reflexões de Gilberto Freyre.

O "Homem Cordial" é a imagem ou alegoria que Sérgio Buarque utiliza como forma de apresentar a dissimulação na relação entre o dominador e o dominado; refere-se às relações de afeto e de predomínio de costumes patrimoniais sobre a vida em sociedade que regem a ordenação política nacional. É preciso destacar que a cordialidade não expressa capital sentimento, sequer espécie de bondade que torna as relações sociais no Brasil absolutamente harmônicas e benéficas a todos os segmentos da sociedade. Na realidade, Sérgio Buarque utiliza-se do sentido etimológico da palavra "cordial", o qual é relativo ao coração, ao que é afetuoso e afável, de modo que representa um sentimento de concórdia e não um altruísmo espontâneo e desinteressado. Sob este aspecto, a imagem do "homem cordial" deve ser compreendida dialeticamente, uma vez que tanto a inimizade quanto a amizade são cordiais, emanam do coração, isto é, da vida íntima, privada e afetuosa dos homens. A cordialidade abre margem ao convívio persuasivo entre os indivíduos que pretendem tirar proveito um do outro a partir de relações camufladas pela afetuosidade e pela falsa impressão de um "equilíbrio" entre partes antagônicas. Trata-se de aparente harmonia estabelecida pela violência e força dos dominadores, a fim de manter a vigência de interesses privados. Esta forma hipócrita de conciliação visa anular

qualquer forma impessoal de ordenação política e institucional. A troca de favores em nome do interesse privado e não do bem público predomina como norma.

A figura do homem cordial representou este aspecto conciliador das elites, preocupadas em atrair simpatias pessoais, em reforçar alianças de interesses particulares, familiares, oligárquicos. Através da metáfora da cordialidade referia-se à preocupação das elites dirigentes brasileiras de manter uma aparente harmonia, assim como a capacidade de reagir com violência, quando os conchavos pessoais não bastavam.<sup>2</sup>

Sérgio Buarque indica que a origem do homem cordial remete ao período colonial e ao predomínio de uma espécie de família patriarcal primitiva possuidora de domínios rurais. A autonomia e autossuficiência dos engenhos e das terras do senhor tornava-o a autoridade máxima e irrefutável de suas redondezas. Por ser o provedor e responsável por toda organização de suas terras, abrangendo a alimentação (plantações, criações e caças), a construção e manutenção da capela e da escola, enfim, de toda a vida de seus escravos, agregados e o restante de sua família, o senhor tornava a sua casa uma "república" particular em que todos o obedeciam. Seus desejos, anseios despóticos e caprichos eram sempre atendidos. Imperava um sentimento de respeito, coesão e obediência intensa ao senhor, algo que se dava por meio de laços "afetivos" e cordiais. O poder do senhor, avesso ao trabalho manual, mantinha-se inabalável frente às ameaças de transformações políticas e sociais externas, pois seu poder é ilimitado e não há freios contra as suas ações em seus domínios territoriais. A esfera privada apresenta-se como uma fortaleza contra a contestação de qualquer membro submisso ao senhor de engenho ou contra qualquer outra voz vinda de fora de suas posses. Mais que isto, o domínio privado supera a esfera pública. Isto porque o universo patriarcal

é a antítese do Estado, o qual emerge exatamente com o objetivo de neutralizar o círculo familiar, transformando o indivíduo em cidadão portador de direitos.<sup>3</sup> É bem certo que o início do declínio desse modelo de privilégios rurais deveu-se à chegada da família real portuguesa em 1808 ao Brasil e intensificou-se com a Independência. Entretanto, a mentalidade patriarcal, mesmo com a gradativa decadência do modelo rural e escravocrata, foi transferida para as cidades à medida em que estas se desenvolviam. A herança rural, portanto, foi capaz de adaptar-se ao meio urbano, de penetrar em meio as instituições, tornado o próprio Estado obsoleto, uma faixa a serviço dos interesses privados das elites. Em outros termos, o Estado brasileiro e a esfera pública nunca deixaram de ser meras extensões da vida rural e dos privilégios patrimonialistas, como se o Estado não passasse de um "puxadinho" dos domínios latifundiários das elites retrógradas brasileiras.

É bem compreensível que semelhantes ocupações venham a caber, em primeiro lugar, à gente principal do país, toda ela constituída de lavradores e donos de engenhos. E que, transportada de súbito para as cidades, essa gente carregue consigo a mentalidade, os preconceitos e, tanto quanto possível, o teor de vida que tinham sido atributos específicos de sua primitiva condição. (HOLANDA, P, 82)

Em decorrência disso, os ocupantes de cargos públicos, formados a partir da herança da mentalidade rural, apresentam-se como funcionários patrimoniais. Os assuntos políticos em pauta estão de acordo com os seus interesses particulares ou de seus superiores, a partir da mera troca de favores, ou seja, representa uma relação muito íntima que visa apenas favorecer o círculo de pessoas que participam dessa rede. A capacidade e empenho do funcionário patrimonial pouco importa, pois este é escolhido de acordo com a



Palácio do  
Congresso Nacional  
National Congress  
Palace

confiança que se tem dele, o que é completamente diferente de um funcionário burocrata - descrito por Max Weber como competente e, acima de tudo, capaz de manter relações impessoais, em nome do benefício comum e dos interesses objetivos. Relações de compadrio, troca de favores, uma aparente amizade entre elites governantes e governados, todas estas entre outras são especificidades que tornam frágeis as instituições públicas no Brasil e favorecem a cooptação política, mesmo em regimes democráticos. A cordialidade torna-se assombrosamente a regra geral!

No Brasil, pode dizer-se que só excepcionalmente tivemos um sistema administrativo em corpo de funcionários puramente dedicados a interesses objetivos e fundados nesses interesses. Ao contrário, é possível acompanhar, ao longo de nossa história, o predomínio constante de vontades particulares que encontram seu ambiente próprio em círculos fechados e pouco acessíveis a uma ordenação impessoal. Dentre esses círculos, foi sem dúvida o da família que se exprimiu com mais força e desenvoltura em nossa sociedade. É um dos efeitos decisivos da supremacia incontestável, absorvente, do núcleo familiar - a esfera, por excelência dos chamados "contatos primários", dos laços de sangue e de coração - está em que as relações que criam na vida doméstica sempre forneceram o modelo obrigatório de

qualquer composição social entre nós. Isso ocorre mesmo onde as instituições democráticas, fundadas em princípios neutros e abstratos, pretendem assentar a sociedade em normas antiparticularistas. (HOLANDA, p.146)

Raymundo Faoro, logo no prefácio à segunda edição de sua obra *Os Donos do Poder*, adverte-nos sobre o seu empreendimento, que ambiciona abordar de maneira geral a singular, complexa e contraditória realidade histórica do Brasil, a qual apresenta tradicionalmente uma camada política no poder que se mantém autônoma em relação aos demais segmentos da sociedade, sejam eles pertencentes aos meios aristocráticos ou ao povo. Em linhas gerais, este poder diz respeito a uma herança que remonta ao Mestre de Avis em Portugal e que foi capaz de cruzar o Atlântico, fincando raízes em solos e governos brasileiros. Permaneceu vivo e fiel às suas origens lusas, de acordo com a sua capacidade extremada de flexibilizar-se no tempo e no espaço, como um camaleão que se modifica mantendo intacta sua existência, conforme veremos mais adiante. O perfil político construído pela dinastia de Avis a partir dos anos 1383-1385 contrariava a tradição feudal predominante na Europa. O rei é o senhor da guerra e das terras. O rei, todavia, concentrou em suas mãos as prerrogativas jurídicas, militares e econômicas, essenciais à organização da

sociedade política. Nitidamente, tratava-se de um conflito entre a coroa e a nobreza, ainda mais acentuado com a criação dos municípios e conselhos locais com cobrança de tributos aos nobres que atraíram ou cooptaram um número maior de súditos fiéis à coroa. O confronto entre o rei e os nobres faz da organização política lusitana o germe do absolutismo monárquico. Consolidou-se um modelo político no qual a nobreza antes mesmo de desejar ascender à coroa, preocupava-se em fazer parte dela, criando conflitos entre os próprios nobres por cargos ou posições mais próximas da burocracia estatal. Esta teria sido a origem do que Faoro designará como estamento patrimonial. Não é de se estranhar que tal estrutura permaneça viva no cenário político brasileiro, quando, por exemplo, observa-se que desde a década de 1980 com redemocratização, o PMDB (imagem e semelhança da concepção de estamento patrimonial de Faoro) forneceu corpo administrativo e alianças políticas a diferentes partidos e presidentes que alcançaram o poder Executivo. Antes mesmo de ambicionar ser o governo, o estamento burocrático procura fazer parte dele, a fim de obter rede de privilégios e benefícios que mantenham intactas a sua superior condição estamental, portanto, inabalável. Historicamente, reformas políticas no Brasil não foram criadas para produzir aperfeiçoamento institucional ou progresso nas relações sociais, senão para manter privilégios arcaicos, sobretudo da elite rural, os donos do poder.

Os alicerces que dão fundamento ao caráter patrimonial do Estado português estavam assim moldados (sua força irá atravessar o oceano, impregnando-se na história política brasileira). Prevalece a indistinção do patrimônio privado e do público, isto é, estão ambos submetidos ao domínio do poder centralizador real:

[...] Os ingressos da coroa levarão o sangue, o calor, o estímulo e a vida a todas as atividades, agricultura,

comércio e indústria do reino. Há um jogo de pressões e influências recíprocas, que associam o predomínio do soberano nas rendas mais altas e misteres mais humildes. A propriedade do rei - suas terras e seus tesouros - se confundem nos seus aspectos público e particular. Rendas e despesas se aplicam, sem discriminação normativa e prévia, nos gastos de família ou em obras e serviços de utilidade geral. O rei, na verdade, era o senhor de tudo - tudo hauria dele a legitimidade para existir -, como expressão de sua autoridade incontestável [...]. (FAORO, p. 8)

Segundo Faoro, durante seis séculos, de D. João I a Getúlio Vargas, da colônia à República, da lavoura à indústria, do capitalismo de Estado ao liberalismo, o patrimonialismo, esta estrutura política e social, manteve-se resistindo a todas as transformações e sucessões de governo. Flexível, persistente e sensível às alterações no cenário internacional, o patrimonialismo adaptou, transformou, agregou e absorveu formas econômicas e de existência. Por isto, Faoro remete ao dito bíblico: vinho novo em odres velhos! O poder político conduz, comanda e supervisiona os negócios públicos e privados, que sob o seu domínio confundem-se.



[...] o patrimonialismo se amolda às transições, às mudanças, em caráter flexivelmente estabilizador do modelo externo, concentrando no corpo estatal os mecanismos de intermediação, com suas manipulações financeiras, monopolistas, de concessão pública de atividade, de controle do crédito, de consumo, de produção privilegiada, numa gama que vai da gestão direta à regulamentação material da economia.  
(FAORO, p. 737)

Weber foi além ao afirmar que no poder patrimonial há o primado do irracional, mesmo se conduzido com técnicas e instituições racionais. No Brasil, o exemplo mais claro disso, houve a persistência da estrutura patrimonial com o advento progressivo do capitalismo. A modernização não foi, em nenhum momento, uma barreira a este poder organizado por um chefe e que subordina um vasto território e as suas unidades políticas. Contudo, a ausência deste poder, do Estado centralizado, faz ascender o poder local e patriarcal, pertencente ao universo do fazendeiro, do senhor do engenho e dos coronéis. Acima de todas as classes sociais há um comando político comunitário, que governa em nome próprio. Seu círculo de comando é impermeável, formado por uma camada que se renova, substituindo os mais velhos pelos mais novos, sem que nunca represente efetivamente a nação. Geração após geração, a tradição patrimonialista é mantida, sua existência é autônoma e seu controle domestica e disciplina a sociedade. Seu controle é superior ao da burocracia. A esfera política manifesta-se com objetivos próprios, de modo a organizar a nação através de unidade e centralização que controlam toda a atividade econômica e política. Por isto, busca a coesão e homogeneidade de toda a sociedade, o que tende a produzir intensos confrontos entre os segmentos sociais mais aristocráticos contra o governo, os quais lutam para tentar fugir da



ordem estamental. Seja de onde venha a crítica (dos fazendeiros ao proletariado), o poder patrimonial mantém-se intacto, aperfeiçoando-se e flexibilizando-se constantemente. Nada detém este poder. Sua constituição e suas leis são meramente nominais e não possuem vínculo algum com a realidade. O Estado patrimonial molda a fisionomia do chefe de governo, o qual é limitado pelo contexto que o cerca. O presidente, o rei, o imperador, seja quem for, não representam somente o primeiro magistrado, mas também o regente da máquina que regula as relações sociais, sempre será submisso ao patrimonialismo. Quanto mais o estamento se desaristocratiza e mais se burocratiza, maior será a extensão do governo, que anulará as forças locais. Seu domínio faz com que o povo espere dele a justiça, sem que atenda necessariamente às normas e leis objetivas e impessoais. O súdito anseia proteção e pouco [ou quase nada] participa da vida pública. O chefe da nação não fala às forças locais, mas somente às massas, o que o faz "o pai do povo", enquanto bom príncipe que dita a política do bem-estar e felicidade de todos.

Ele é o pai do povo, não como mito carismático, nem como herói, nem como governo constitucional e legal, mas o bom príncipe - D. João I, D. Pedro II ou Getúlio Vargas - empreendendo, em certas circunstâncias, uma política social de bem-estar, para assegurar a adesão das massas. Para evitar a participação popular, recorre, não raro, à mobilização das ruas, em manifestações que, atrás de si, só deixam o pó de palavras inconsequentes. Filho do providencialismo estatal, ele o fortifica, usando poderes que a tradição lhe confere. Em casos extremos, será o ditador social, de aparência socialista, de uma suposto socialismo que sacia as aspirações, desviando-as e acalmando-as, com algum circo e algum pão.  
(FAORO, p. 740)

O povo aguarda por salvação, esta sedento por esmolas, e ama e venera o seu chefe (geralmente um homem letrado, orador hábil, o qual assimila facilmente as tendências teóricas e políticas de realidades distintas, impondo-as sobre o seu povo). O príncipe torna-se uma entidade adorável através de seu providencialismo que livrou o povo de muitos males. Os donos do poder desenvolvem sua política de cima para baixo, moldam o seu caráter de superioridade e autonomia, culminando, por fim, na mística da revolução salvadora.

O estamento que mantém o poder político sequer se confunde com a elite, pois a minoria sempre governa em todos

os tempos e em qualquer regime. Na realidade, trata-se de uma autocracia de caráter autoritário, que não se dá de maneira totalitária. Ou seja, é uma organização política (um chefe, partido, junta, assembleia, ditador ou comitê) que monopoliza o poder, sem haver participação dos seus destinatários na constituição da vontade geral. Um único detentor de poder impõe a todos a sua decisão, mantendo o controle político, mas não a totalidade dos membros da sociedade.

Dessa forma, a autocracia autoritária - o patrimonialismo - precede o povo, sem que este perceba o caráter ditatorial do regime. Não há soberania popular, embora esta seja apresentada de forma falseada ao povo, como se estes fossem úteis e essenciais à consolidação do governo. Há, portanto, um controle minucioso exercido sobre a sociedade, por aqueles que detém o estado: os donos do poder.

A máquina estatal resistiu a todas as setas, a todas as investidas da voluptuosidade das Índias, ao contato de um desafio novo - manteve-se portuguesa, hipocritamente casta, duramente administrativa, aristocraticamente superior.  
(FAORO, p. 748)

## Bibliografia:

CÂNDIDO, Antônio (org.). *Sérgio Buarque e o Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1998.

FAORO, Raymundo. *Os Donos do Poder. Formação do Patronato Político Brasileiro*. 2ª ed- Rio de Janeiro, Globo; São Paulo, Edusp, 1975.

FREYRE, Freyre. *Casa-Grande e Senzala*. Rio de Janeiro: Record, 2002.

HOLANDA, *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.



***30 anos sem Gilberto, 20 anos sem Darcy:  
o que aprendemos com eles?***

*Carlos Frederico Lucio*

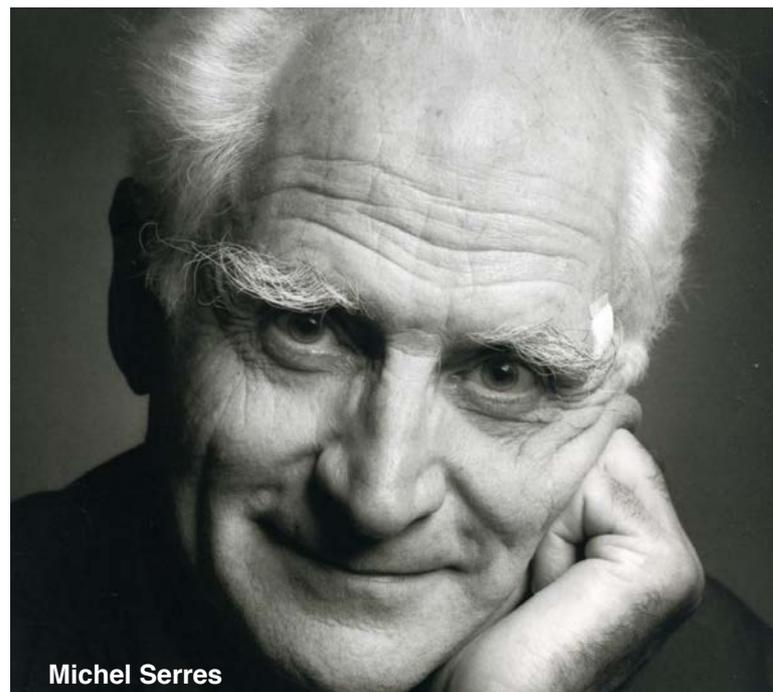
**H**á quase 20 anos (precisamente no dia 08/11/1999), numa bela edição do programa Roda Viva, da TV Cultura, o jornalista Paulo Markun faz uma provocação ao filósofo francês Michel Serres perguntando em que medida o caldeirão de raças e culturas que formou o nosso país pode ser visto como algo bom ou algo ruim. A resposta do filósofo, que já lecionara no Brasil e conhecia um pouco nosso país, não poderia ser mais emblemática:

Isso não pode ser ruim, muito pelo contrário! Parece-me de fato que, hoje, o mundo está em pleno de globalização acompanhado de conflitos, de guerras, de oposições muito fortes entre diversas nações, entre várias regiões. E, há pelo menos 15 anos, somos assolados por notícias cada vez mais trágicas. Por que? Porque a globalização opõe cada vez mais as pessoas, uma vez que as fronteiras tornam-se porosas. O Brasil é um dos países mais importantes do planeta e por ser um dos maiores é um modelo reduzido, absolutamente perfeito, do mundo atual e que carrega quase todos os seus grandes problemas: econômicos, sociais, políticos... Mas o Brasil traz uma solução que, raramente, o mundo pode oferecer. Por que? No Brasil, o que me encanta, à minha volta, é que a maior parte dos brasileiros possui uma genealogia totalmente cruzada, múltipla, complexa, extremamente rica. Nos seus corpos vivos, os brasileiros atenuaram muito os conflitos de hoje. Há algum tempo eu escrevi um livro (O terceiro instruído)... em que aparece o adjetivo “mestiço”. E, nesse livro, eu dizia, todo processo de conhecimento é um processo de mestiçagem. Porque, quando falamos uma outra língua, nós temos um outro corpo. Quando pensamos uma outra ciência, entramos em outro ser humano. E, de tanto falar línguas diferentes, de tanto conhecer disciplinas diferentes, fabricamos em nós um mestiço intelectual. E que há, no conhecimento mestiço, uma espécie de “paz” entre as disciplinas. Uma espécie de armistício entre as oposições do saber. Esta é uma imagem intelectual do que se passa na vida real do Brasil. Vocês conseguiram tantas mestiçagens entre todas as populações do mundo.

Porque aqui no Brasil, o mundo inteiro está representado: os europeus, os asiáticos, os nativos americanos, etc. Vocês conseguiram tão bem, na paz, este tipo de mestiçagem que, creio, vocês deveriam ter consciência de que têm o modelo de soluções requeridas hoje para as guerras mundiais.

A fala de Michel Serres ressalta a importância do tema da mestiçagem quando se fala de diversidade e conflitos no mundo. Indiretamente nos remetendo ao debate sobre os efeitos que o processo de mestiçagem teve sobre o Brasil, propõe que nosso país deveria ser um modelo para pensar as relações entre as diferenças culturais no restante do mundo. Sugere uma ideia, não exatamente nova, de que quando falamos de mestiçagem, não falamos propriamente de raças, mas de mistura de culturas, de conhecimento. Falamos de algo muito mais rico do que as matrizes supostamente originais. Além disso, resgata - igualmente de maneira indireta - o papel que o processo histórico teve na formação de nossos traços culturais.

Essas reflexões propostas por Serres remetem às raízes da formação de dois dos nossos mais clássicos e maiores intérpretes: Gilberto Freyre e Darcy



Michel Serres

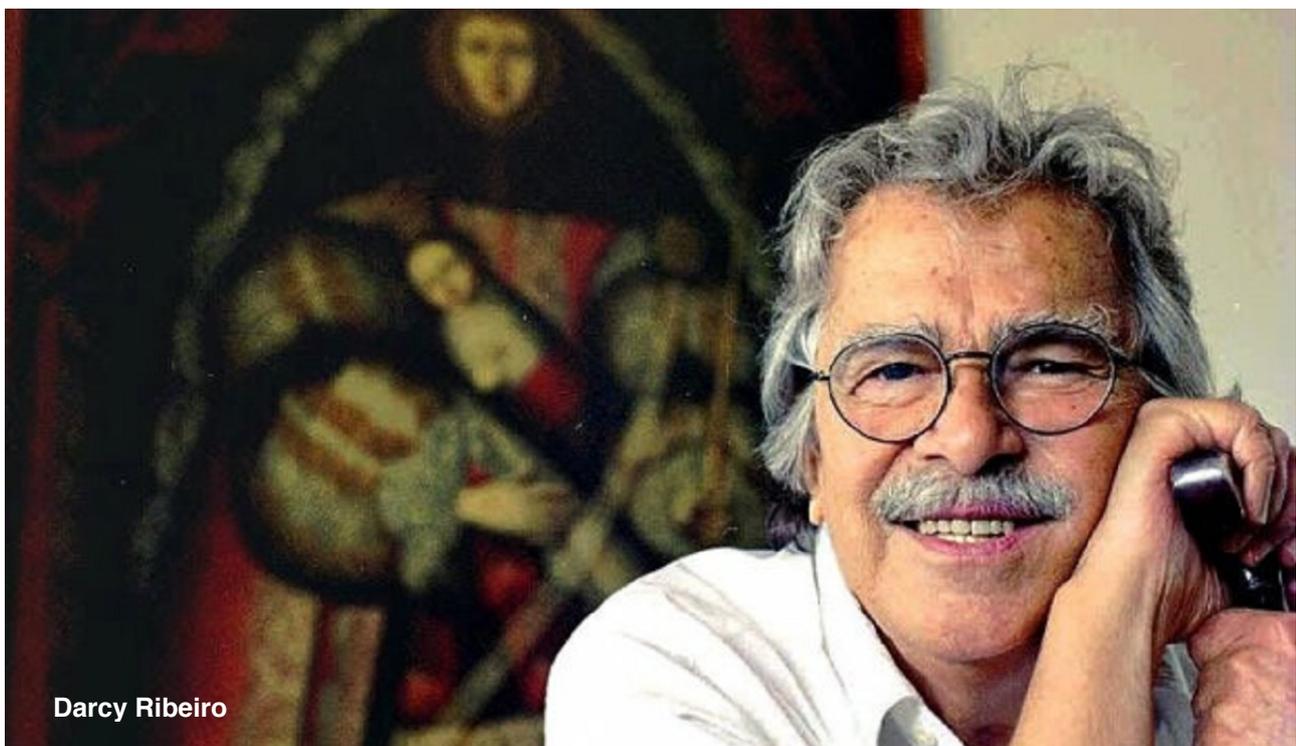
Ribeiro, autores cuja obra propõe um diálogo das questões brasileiras com grandes questões que, em linhas gerais, estão no próprio nascedouro da Antropologia como ciência, no século XIX e que ainda repercutem como um dos principais temas da atualidade: o papel da pluriétnicidade na formação de uma nação, de um povo, de uma cultura.

Na virada do século XIX para o XX, um dos temas mais presentes no debate antropológico girava em torno de questões raciais. O epicentro do pensamento antropológico eram as questões sobre os efeitos das configurações biológico-raciais sobre a formação das culturas e povos e de que maneira estas distinções poderiam ter impactado sobre suas diferenças. No âmbito da formação da Antropologia, esta pergunta sobre a diversidade encontrou prontamente algumas respostas ancoradas no darwinismo, construindo uma interpretação racista e determinista que marcou profundamente as suas primeiras teorias, num paradigma que ficou conhecido como Evolucionismo Cultural: as culturas são diferentes

porque, entre outras características, são formadas por raças diferentes.

Parte considerável desta corrente defendia, no seu conjunto - embora de maneiras distintas -, quatro ideias importantes: a) a existência de raças, ou subespécies, na espécie humana; b) uma relação hierárquica entre essas raças; c) uma forte relação determinista entre raça e cultura; d) nos processos de mestiçagem, as raças consideradas boas ou superiores eram contaminadas por aquelas consideradas más ou inferiores, gerando mestiços degenerados.

Este era o paradigma preponderante e quase que exclusivo no emergente pensamento social brasileiro que despontou a partir do final do século XIX. Influenciados pelas ideias de J. A. de Gobineau, Ludwig Glumpowicz, Georges Lapouge, Cesare Lombroso (além de outras referências do racismo novecentista) autores como Silvio Romero, Oliveira Vianna, Euclides da Cunha e Nina Rodrigues (entre tantos outros), contribuíram, cada um à sua maneira, para consolidar uma visão da



Darcy Ribeiro

inferioridade do povo e da cultura brasileiras devido ao processo de mestiçagem com povos inferiores. Não eram raros os que defendiam, como Silvio Romero ou Nina Rodrigues, as ideias de Gobineau de que a salvação para a população brasileira estaria no seu branqueamento a partir da mistura maciça com povos europeus. Ideias, aliás, que orientaram a chamada “política de branqueamento” da população brasileira, que vigorou de forma nem sempre mitigada, como prática do Estado Brasileiro no final do Império e República Velha.

Uma forte reação a estas ideias começa a surgir na antropologia norte-americana, a partir dos trabalhos de Franz Boas, um dos heróis fundadores da disciplina. Baseado em estudos etnográficos consistentes, Boas vai demonstrar que não há a menor relação entre raça (realidade biológica questionada até no próprio seio desta ciência) e cultura. E mais: muito distante de qualquer interferência da ideia de raça, as razões para as diferenças entre as culturas residem no fato de que cada uma constrói seu próprio processo histórico e é justamente este processo que irá construir os elementos culturais que formarão aquela sociedade em particular. Assim sendo, Boas lança as bases para a destruição de qualquer perspectiva hierarquizante entre culturas especialmente porque não haveria princípios culturais universais capazes de permitir uma comparação que construa uma classificação em graus e estágios de superioridade. É assim que as reflexões de Franz Boas e seus discípulos, consolidam a perspectiva relativista na Antropologia, contra o etnocentrismo (melhor seria dizer, eurocentrismo) e as especulações pretensamente universalizantes da teoria evolucionista.

Para o pensamento social brasileiro, este momento de consagração do paradigma

relativista da Antropologia Culturalista nos Estados Unidos foi de especial importância. Em 1920, após concluir seus estudos na Universidade do Texas em Baylor, Gilberto Freyre inicia seu curso de pós-graduação em Ciências Políticas e Sociais na Universidade de Columbia (NYC), onde o já consagrado Franz Boas era o líder da cadeira de Antropologia.

Freyre chega em Columbia, uma universidade cosmopolita, e constata aquilo que muitos de nós brasileiros constata com a experiência do desterro: ele não tinha a menor ideia do que era ser brasileiro. Pelo contrário, o que tinha eram os estereótipos clássicos, consagrados pelas teorias sociais vigentes à sua época. É aí que Freyre resolve “redescobrir o Brasil”, tornando-se o que ele mesmo chamará de “um rival de Pedro Álvares Cabral”.

Para nossa sorte, em Columbia Gilberto Freyre tem aulas com Boas de quem ele aprende a valorização da mestiçagem em nossa formação, aprende o significado da distinção entre raça e cultura e é chamado à atenção para a importância do processo histórico na configuração de alguns dos traços mais importantes na formação da cultura brasileira. Somos quem somos e como somos não por causa determinadas pela nossa formação racial (como afirmavam seus antecessores) mas por conta do processo histórico ímpar que construímos.

Esta será a base para o desenvolvimento de uma longa análise que ele fará na sua trilogia intitulada Introdução à História da Sociedade Patriarcal no Brasil, que começará com Casa Grande e Senzala (certamente, sua mais famosa obra), continuando com Sobrados e Mucambos e Ordem e Progresso. Independentemente do legado bastante polêmico (até hoje) no que diz respeito às relações raciais no Brasil, no seu conjunto, tanto a obra quanto o pensamento de Gilberto

Freyre tem como um de seus maiores méritos o pioneirismo de ter rompido com o paradigma racialista novecentista, ter chamado a atenção para a valorização da enorme contribuição africana e indígena na formação de alguns dos traços fundantes da cultura e da identidade brasileiras. Contribuiu também para que nos pensássemos a nós mesmos como mestiços, como de resto, todos os povos o são.

O curioso é que, até a publicação de CG&S, Gilberto Freyre era um ilustre desconhecido no centro sul brasileiro, palco de grandes debates acerca das revisões sobre nossa identidade, cujo ápice se deu com o movimento modernista na década precedente. Sem dúvida alguma, CG&S confere consistência sócio-antropológica e histórica àquilo que já vinha sendo tematizado por pensadores e críticos modernistas de nossa identidade no campo da literatura (Mário de Andrade), das artes plásticas (Tarsila e Portinari) e da música (Villa Lobos).

Embora tenha mérito por seu pioneirismo, Freyre constrói algumas teses sobre as relações raciais no Brasil que serão bastante criticadas. A mais notória, sem dúvida, é a ideia de que a formação do Brasil teria sido feita com base uma relação relativamente harmoniosa entre as raças, o que foi subsumido no conceito de “democracia racial”. Embora não esteja propriamente em CG&S, mais do que o conceito, é a ideia que está consolidada no conjunto da obra de Freyre e vai encontrar em dois pensadores seus radicais opositores: Florestan Fernandes e Darcy Ribeiro.

Herdeiro da tradição culturalista de se pensar e repensar o Brasil a partir de suas contribuições específicas como cultura e como civilização, Darcy Ribeiro vai ter seu pensamento social formado nesta tradição aberta por Gilberto Freyre. Em minha leitura da obra de Darcy, numa

liberdade de interpretação, costumo classificá-la em três grandes eixos: seus textos propriamente etnológicos, aqueles que refletem mais precisamente sobre as culturas indígenas brasileiras; os seus textos (e sua militância) sobre educação; seus textos sobre processo civilizatório, pensando os papéis do Brasil e a América Latina na construção do mundo contemporâneo.

Num certo sentido, tudo isso está presente não somente no trabalho intelectual do grande antropólogo que foi Darcy, mas na sua militância política. Homem de esquerda, ocupou cargos na máquina estatal dando um sentido profundo ao conceito do que é ser político num Brasil tão carente de figuras públicas no sentido pleno e profundo do termo. A concepção de sua última obra, O Povo Brasileiro, é um testemunho disso. Aliás, o subtítulo já dá o tom do que vem a ser a obra: A Formação e o Sentido do Brasil. Dotado de uma enorme carga emotiva, uma vez que foi concebido no momento em que o autor estava acometido de um câncer do qual sabia que iria morrer, este livro pretende condensar, nas palavras do próprio autor, todo o seu pensamento sobre o Brasil como o país da diversidade, o país do sofrimento, dos conflitos, mas também da energia, do vigor, da criatividade. O país do antagonismo de classe, do conflito racial, do dilema não resolvido entre o arcaico e o moderno.



Somos um povo novo, que se inventa a si mesmo.

Ao contrário dos brancos europeus, nós, brasileiros, somos a promessa de uma nova civilização remarcada por singularidades, principalmente africanidades. Já por isso, aparecemos a olhos europeus como gentes bizarras, o que, somado à nossa tropicalidade índia, chega para aqueles mesmos olhos a nos fazer exóticos. Não somos e ninguém nos toma como extensões de branquitudes, dessas que se acham a forma mais normal de se ser humano. Nós não. Temos outras pautas e outros modos tomados de mais gentes. O que, é bom lembrar, não nos faz mais pobres, mas mais ricos de humanidades, quer dizer, mais humanos. Essa nossa singularidade bizarra esteve mil vezes ameaçada, mas afortunadamente conseguiu consolidar-se. Inclusive quando a Europa derramou multidões de imigrantes que acolhemos e até o grande número de orientais adventícios que aqui se instalaram. Todos eles, ou quase todos, foram assimilados e abasileirados. O filho da índia, gerado por um estrangeiro, branco ou preto, se perguntaria quem era, se já não era índio, nem tampouco branco ou preto. Seria ele o protobrasileiro, construído como um negativo feito de sua ausência de etnicidade? Buscando uma identidade grupal reconhecível para deixar de ser ninguém, ele se viu forçado a gerar sua própria identificação. O filho da negro africano, crioulo, nascido na terra nova, racialmente puro ou mestiçado, este sim, sabendo-se não-africano como os negros boçais que via chegando, nem branco, nem índio e seus mestiços, se sentia desafiado a sair da ninguendade, construindo sua identidade. Seria, assim, ele também, um protobrasileiro por carência. O brasilíndio como o afro-brasileiro existiam numa terra de ninguém, etnicamente falando, e é a partir dessa carência essencial, para livrar-se da ninguendade de não-índios, não-europeus e não-negros, que eles se vêem forçados a criar a sua própria identidade étnica: a brasileira. (O Povo Brasileiro)

Não se pode passar imune (nem impune) com a carga histórica de ter sido o último país do mundo moderno ocidental a abolir a escravidão. Não se pode passar imune (nem impune) com a carga histórica de ter destruído dezenas de etnias indígenas (nações, línguas, formas de organização social, religiões inteiras). Darcy vai reconhecer este peso histórico criando a alegoria bastante forte de um “moinho de gastar gentes”. A despeito de tudo isso, o Brasil segue sendo um dos maiores celeiros de diversidade étnica do mundo. Não bastasse a profusão das etnias autóctones (que hoje, malgrado o genocídio histórico - muito bem analisado em seu Os índios e a civilização - somam aproximadamente 300 culturas distintas), temos a enorme herança africana com culturas diversas, além da contribuição das várias nações europeias, asiáticas e latino-americanas (como ressalta o prof. Michel Serres no comentário escolhido para abrir este ensaio).

Gilberto Freyre valoriza nosso legado português por meio do conceito de luso-tropicalismo, valoriza a força das culturas africanas e indígenas na formação do Brasil. Darcy, por sua vez, adotando o conceito de matrizes étnicas (no lugar de raças) valoriza esta pluralidade das contribuições africanas, indígenas, lusitana e dos inúmeros contingentes de imigrantes, aprofunda as reflexões do mestre de Apipucos. Traduzindo o Brasil como uma “Nova Roma”, valoriza também o fato de que somos a maior nação do mundo a falar uma língua derivada do Latim e somos - como era o Império Romano - um país continental portador de uma diversidade étnico-cultural e religiosa incriveis, numa forte tradição conceitual do culturalismo norte americano.



Em vida, Darcy e Gilberto protagonizaram antagonismos, especialmente no campo político. Não por isso, construíram uma relação de inimizade. Muito pelo contrário: mantendo uma certa nobreza no trato das diferenças, Darcy foi convidado a prefaciar a primeira edição estrangeira de CG&S, publicada pela Biblioteca Ayacucho na Venezuela. No texto, embora faça uma leitura crítica muito criteriosa da obra, Darcy investe igualmente pesado nos elogios ao mestre de Apipucos.

Ambos, com suas especificidades e suas posições polêmicas, são, sem dúvida alguma, autores cuja leitura deveria ser obrigatória para todo aquele que deseja ter um mínimo de compreensão sobre quem somos nós brasileiros. Claro que o Brasil produziu uma quantidade enorme de grandes autores que nos tematizam a nós mesmos, nos vários campos do conhecimento: economia, política, sociedade, cultura, literatura, música etc.. Mas, para o leigo, aquele não especialista em ciências sociais, creio que a leitura destes dois autores, conferem um pouco mais de consistência à nossa compreensão sobre o que é isso que chamamos de Brasil.



***Repensar o Brasil e a Sociologia  
de Florestan Fernandes***

*Alberto Montoya Correa Palacios Junior*

**M**omentos conturbados, crises políticas e econômicas como as que o Brasil vive na atualidade impõem a responsabilidade de repensarmos nosso Estado, nossa sociedade e as relações dinâmicas entre ambos. Temas complexos, mas para os quais podemos resgatar as contribuições acadêmicas fornecidas pelo sociólogo Florestan Fernandes para ampliar nossas ferramentas de análise.

Da extensa lista de obras desse autor, gostaríamos de resgatar três pesquisas cujas abordagens tocam pontos nevrálgicos de nossa sociedade: os indígenas e suas práticas culturais; o racismo aos negros em São Paulo; e o tipo de capitalismo e desenvolvimento econômico adotado no país.

Sobre o primeiro tema, Florestan Fernandes nos brindou com duas pesquisas principais, uma dissertação de mestrado analisando a “Organização Social dos Tupinambá”<sup>1</sup> e uma tese de doutoramento publicada em 1952 focada na “Função social da guerra na sociedade Tupinambá”. Em ambas o sociólogo venceu o desafio de produzir etnografias e etnologias de povos ameríndios praticamente exterminados no século XVII. Para tanto, compilou e sistematizou em pormenores inúmeros documentos produzidos por cronistas quinhentistas e seiscentistas. Vale mencionar os métodos empregados na pesquisa: um diálogo entre o funcionalismo na linha de Durkheim e Marcel Mauss e as tipologias sociológicas weberianas. Contudo, Fernandes não fez uso obtuso desses métodos, pois reconhecia que mesmo as

4 • SEXTA-FEIRA, 11 DE AGOSTO DE 1995

BRASIL

FLORESTAN FERNANDES ☆ 22/7/1920 † 10/8/1995

# O pai da sociologia brasileira

■ A morte do mestre que Cardoso definiu como “solidário e generoso” pode ter sido causada por uma falha no equipamento de hemodiálise

SÃO PAULO — Seis dias depois de se submeter a uma operação de transplante de fígado, o ex-deputado Florestan Fernandes (PT-SP), 75 anos, morreu ontem, às 2h30, no Hospital das Clínicas, em São Paulo. Considerado o pai da sociologia moderna do Brasil, Florestan foi professor e guru intelectual do presidente Fernando Henrique Cardoso.

O médico Silvano Raia, chefe da equipe que fez o transplante, disse que a morte de Florestan pode ter sido causada por falha no equipamento de hemodiálise. E pediu para que o corpo não fosse cremado ontem, no Crematório de Vila Alpina, e requisitou nova autópsia.

Ontem, o presidente divulgou nota em que afirma: “Perdi hoje mais do que um amigo: perdi quem foi o grande incentivador do início de minha carreira universitária e o mestre que tive de Sociologia. O Brasil perdeu um dos maiores intelectuais. Florestan, além disso, era um homem de virtude. Acreditava. E não transigia no que acreditava. Como pessoa, sempre foi solidário e generoso. Por todos esses motivos, a morte de Florestan nos entristece e deixa um enorme vazio.”

De madrugada, Florestan começou a apresentar problemas renais, com elevação da taxa de uréia, e foi submetido à hemodiálise. Sofreu duas paradas cardíacas. Na primeira, conseguiram reanimá-lo. Na segunda, não resistiu.

Antes de entrar para a sala de cirurgia, na noite de quinta-feira, o ex-deputado estava tão animado e esperançoso que surpreendeu seu filho, o jornalista Florestan Fernandes Junior. “É a chama do socialismo que está acesa dentro de mim”, respondeu o ex-deputado.

Seu corpo foi velado no Salão Nobre da Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo, mesmo local onde Cardoso recebeu, há dois anos, o título de professor emérito, o maior da carreira acadêmica. Mais de 500 pessoas compareceram ao velório até as 16h, quando o corpo seguiu para Vila Alpina, onde seria cremado como ele próprio havia pedido.

A antropóloga Ruth Cardoso foi ao velório representando o presidente. Ela destacou a importância do deputado na formação intelectual do casal — os dois foram alunos de Florestan no curso de graduação. Segundo Ruth, o fato de Cardoso ter optado por um caminho político...

Arquivado nos Santos — 201/97

**TRIBUTOS**

**Francisco Weffort, ministro da Cultura** — “Sua importância intelectual para o Brasil é superior a de Gilberto Freyre, Sérgio Buarque porque ele deixou uma escola, seguidores. A chamada Escola Paulista de Sociologia é, na verdade, ele, essa é sua peculiaridade.”

**Ruth Cardoso, primeira-dama** — “Ele foi uma pessoa fundamental na formação intelectual de muitos sociólogos e, um professor de idéias controversas e polêmicas e por isso tinha muita riqueza intelectual.”

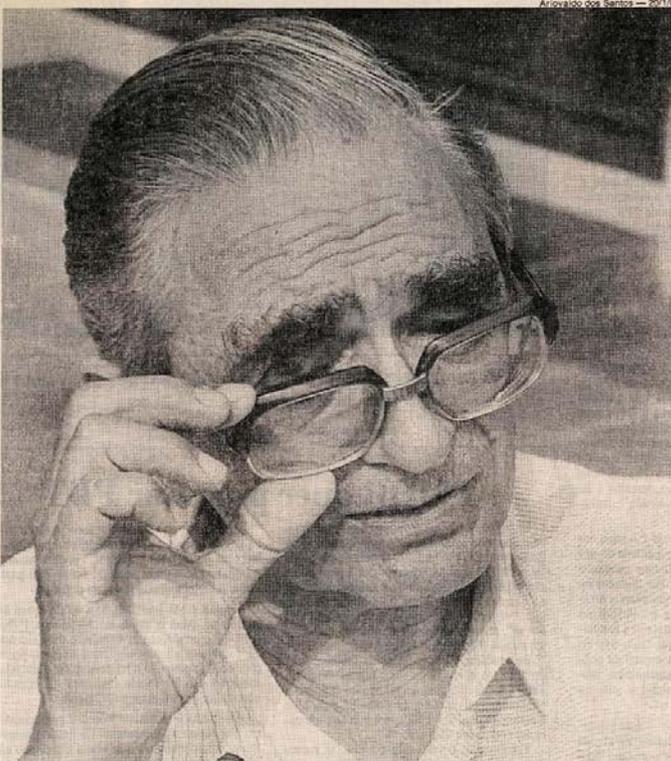
**Marco Aurélio Garcia, secretário do PT** — “Ele participou do movimento de confluência dos intelectuais em direção à classe trabalhadora, movimento que deu origem ao PT e a uma renovação política, sua importância transcende ao rótulo de um pensador marxista.”

**Mário Covas, governador** — “Mesmo nos momentos de maior debate, nunca ouvi dele uma palavra que não fosse doce. Era o ser humano maravilhoso, que só incentivava, até mesmo os opositores.”

**Luiz Inácio Lula da Silva, presidente do PT** — “Acredito que todos os brasileiros que fazem política foram alunos dele. Florestan atingiu um nível intelectual sem perder suas idéias.”

**Plínio de Arruda Sampaio, ex-deputado do PT** — “Foi o intelectual que viu com maior lucidez a realidade do país.”

**Crístóvam Buarque, governador do Distrito Federal** — “Florestan Fer-



tipologias weberiana e a marxista não se adequavam com facilidade ao caso analisado.

A inadequação teórica-conceitual das linhas weberianas e marxistas se evidenciavam nos fatos de que a morfogênese e a morfologia política tupi não apresentavam cristalizações de poder político ou econômico. Quer dizer, mesmo o cacique, chefe ou “principal” das aldeias não era um chefe carismático weberiano cujas ordens seriam obedecidas. O “principal” era um líder, geralmente guerreiro, mas destituído de poder ou séquito a quem direcionasse ordens ou comandos, uma dominação legítima carismática. De outro lado, na enxuta cultura material tupi, o acúmulo de “riquezas materiais” tampouco gerava o tipo de cristalização das relações sociais para a formação de classes. Mas, se os princípios socializadores para a organização social tupinambá não emanavam da “política e da economia”, de onde emanavam? A resposta de Florestan Fernandes é a de que eles emanavam da religião tupi: suas atividades xamânicas, guerreiras e também proféticas. Cumpre destacar que essas pesquisas de Fernandes foram corroboradas em diversos aspectos por etnógrafos posteriores que pesquisaram outros grupos tupi e guaranis nos séculos XX e XXI. Dentre eles, podemos mencionar ao casal Pierre e Hélène Clastres, assim como Eduardo Viveiros de Castro e suas etnografias sobre os Araweté.

Já o tema do racismo em Fernandes ganhou suas primeiras problematizações na pesquisa em conjunto com o sociólogo francês Roger Bastide em Brancos e os negros em São Paulo, entre 1953-54. Essa pesquisa foi incorporada à época pela UNESCO como parte de estudos sobre questões raciais em âmbito internacional. Lembremos que o interesse da Organização das Nações Unidas sobre



o tema não era fortuito, decorria antes da proximidade cronológica com os horrores racistas da Segunda Guerra Mundial e as atrocidades no início da descolonização africana. Naquele contexto do pós-Segunda Guerra, havia quem acreditasse na ideia exagerada de que o Brasil seria uma espécie de “democracia racial” e um exemplo a ser seguido. Tal interpretação é por vezes atribuída às pesquisas de outro cientista social brasileiro, Gilberto Freyre, quem enfatizava a peculiaridade da miscigenação no país e os aspectos de afetividade em algumas esferas de socialidade cotidiana entre senhores brancos e escravos negros.



Para Fernandes, os elementos de miscigenação e afinidade, embora emblemáticos de nossa cultura, não chegavam a neutralizar de maneira satisfatória os efeitos deletérios do racismo e da dominação entre senhores e escravos, antes eram os seus ajustamentos à realidade social brasileira. Ademais, ao pesquisar e entrevistar brancos e negros em São Paulo<sup>2</sup> na década de 1950, novos aspectos do problema racial foram destacados. A cidade recebera contingentes numerosos de imigrantes, italianos e sírios por exemplo, que traziam de suas terras de origem outras experiências e preconceitos de cor para com os negros.

A nova realidade da cidade de São Paulo, sua atividade industrial e seus imigrantes na metade do século XX, permitiu a Florestan e Bastide questionarem a realidade do racismo brasileiro numa cidade inserida no circuito capitalista internacional, ou seja, pautada por relações de classes sociais. Aqui, os sociólogos exploram as relações verticais e horizontais de racismo. A primeira analisando o preconceito e racismo entre uma classe superior e outra inferior economicamente (por exemplo, entre brancos da “classe média” e negros da “classe baixa”), a segunda analisando o

racismo nas relações dentro da mesma classe social (por exemplo: entre brancos e negros na classe média). Em ambos os casos, os pesquisadores colheram testemunhos frequentes que permitiram iluminar os ajustamentos de racismo inclusive dentre os diferentes grupos de imigrantes. À época, apuraram que os portugueses seriam os mais tolerantes com os negros, sendo os italianos e sírios os mais refratários, respectivamente. Destes estudos sobre o racismo derivaram diversos outros conduzidos por pesquisadores talentosos, como por exemplo Fernando Henrique Cardoso e Octávio Ianni.

Referente ao desenvolvimento nacional e o tipo de capitalismo na América Latina, Fernandes produziu textos emblemáticos entre 1969 e 1973 quando viveu exilado no Canadá, após ser afastado de suas atividades docentes pelo regime militar de 1964. Em *Capitalismo dependente e sociedade de classes na América Latina*<sup>3</sup>, o sociólogo analisou os liames da inserção brasileira no sistema capitalista internacional. Uma inserção nas fímbrias subdesenvolvidas do sistema, caracterizada por um tipo de modernidade peculiar. Um processo pelo qual as elites políticas e econômicas modernizam o país apenas o suficiente

para manter suas prerrogativas vis-à-vis com trabalhadores nacionais insatisfeitos de um lado, e de outro com as demais elites internacionais mais competitivas do que as brasileiras. Um tipo de capitalismo sempre atrelado e tutelado aos centros de poder (à época aos EUA e Europa Ocidental), mas que nunca gera uma modernidade inclusiva e definitiva. Ora, o capitalismo dependente latino-americano é um tipo de modernidade em dupla hélice: uma modernização do arcaico e uma arcaização do moderno, movimentos promovidos por revoluções burguesas, ou revoluções dentro da ordem. Nesta etapa de suas pesquisas, é do marxismo que Fernandes retirou seus elementos teóricos e doutrinários. Mais uma vez, suas pesquisas dialogaram com a de outros importantes pesquisadores brasileiros, como Caio Prado Júnior e Celso Furtado e a CEPAL.

Acreditamos que os três temas e obras de Florestan Fernandes abordados ainda se fazem pertinentes. Auxiliam e ampliam nossa compreensão sobre a história e mesmo a atualidade das nossas instituições políticas, econômicas e sociais. Quer dizer, para além das contribuições metodológicas fornecidas por Fernandes, temas atuais como a CPI da FUNAI e as tensões contra a Mobilização Indígena Nacional<sup>4</sup>, sobretudo no tocante aos retrocessos aos direitos territoriais indígenas no Brasil já denunciados em 2016 pela ONU<sup>5</sup>; acusações de racismo, mesmo em shoppings de luxo na cidade São Paulo<sup>6</sup>, assim como a dependência da balança comercial brasileira na venda de commodities para a União Europeia e China, bem como uma atividade industrial dependente de tecnologias estrangeiras<sup>7</sup>, permitem-nos entrever a atualidade e pertinência das pesquisas do sociólogo brasileiro.

---

### **Bibliografia:**

1 Fernandes, Florestan. A função social da guerra na sociedade Tupinambá. 3. ed. São Paulo: Globo, 2006.

2 Bastide, Roger; Fernandes, Florestan. Brancos e Negros em São Paulo: ensaio sociológico sobre aspectos da formação, manifestações atuais e efeitos do preconceito de cor na sociedade paulistana. 4. ed. rev. São Paulo: Global, 2008.

3 Fernandes, Florestan. Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina. 4. ed. rev. São Paulo: Global, 2009.

4 Disponível em: <https://mobilizacaonacionalindigena.wordpress.com/2017/04/24/acampamento-terra-livre-2017-e-a-maior-mobilizacao-indigena-da-historia-no-brasil/>

5 Disponível em United Nations Special Repporteur on Rights of Indigenous Peoples (UNSR): <http://unsr.vtaulicorpuz.org/site/index.php/es/documentos/country-reports/154-report-brazil-2016>. Acesso em 13/06/2017.

6 Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/colunas/monicabergamo/2017/06/1890827-shopping-higienopolis-e-acusado-de-racismo-por-pai-de-crianca-negra.shtml>. Acesso em 13/06/2017.

7 Disponível em: <http://www.valor.com.br/brasil/4884762/ue-cai-e-china-vira-maior-destino-de-exportacoes-do-brasil-no-bimestre>. Acesso em 13/06/2017.

**Discussion  
Paper**



**ESPM**

v. 5, n. 4, 2017